

Os refugiados e a Alemanha

A Alemanha converteu-se no destino europeu mais atrativo para os refugiados por conflitos bélicos ou perseguições. É o país europeu com mais pedidos de asilo, seguido pela Suécia. Em 2014, recebeu 202 815 pedidos, e desde janeiro deste ano já ultrapassou os 200 000, calculando o governo alemão que poderiam chegar até 800 000.

Enquanto decorrem os trâmites do pedido de asilo, processo que pode durar seis meses, de que vivem as pessoas e as famílias que chegam da Síria, do Afeganistão, da Somália ou do Iraque?

Até há meses, a lei alemã de prestações para os requerentes de asilo aprovada em 1993, previa dois tipos de ajuda acumuláveis até 224 euros: em espécie (comida, roupa, produtos de higiene, medicamentos...) e em dinheiro. Era-lhes fornecido alojamento com aquecimento e tinham assistência de saúde básica.

O montante das prestações melhorou com a reforma de 2014, após o Tribunal Constitucional alemão ter sentenciado, em julho de 2012, que as ajudas deviam garantir aos refugiados um mínimo de sobrevivência digno, de acordo com os critérios socioeconómicos da Alemanha, e não com os dos países de origem. O *Bundesrat* acabou por elevar o montante para 352 euros.

As prestações são recebidas gradualmente. Enquanto vivem nos centros de acolhimento, recebem 130 euros mensais em dinheiro para as suas necessidades quotidianas, além de ajuda em espécie. Depois, uma vez alojados, passam a receber mensalmente esses 352 euros e é-lhes proporcionada educação para os jovens e formação profissional para os adultos.

Segundo um relatório do Departamento Federal das Migrações e Refugiados (Andreas Müller, "The Organization of Reception Facilities for Asylum Seekers In Germany", Working Paper 55, 2013), em 2013, uma pessoa casada ou a viver em união de facto, recebia 318 euros por mês, somadas as ajudas em espécie (195 euros) e em dinheiro (123 euros); uma mãe ou pai solteiros, 354 euros por mês no total. Além disso, as famílias recebiam 210 euros por cada filho menor de 6 anos; 242 pelos de 6 a 14 anos e 274 pelos de 15 a 18.

As prestações são muito atrativas em comparação com as de outros países. Um artigo do "El País" ("Espanha, una etapa en el camino hacia Alemania", 2.9.2015) apresenta alguns dados: a Suécia, outro país muito generoso para com os refugiados, proporciona alojamento e 250 euros por mês em dinheiro para gastos por cada adulto e um pouco menos por cada criança. Em Espanha, podem permanecer seis meses num centro para refugiados, com um montante de 50 euros mensais como dinheiro no bolso. Depois, têm de se defender.

A reforma alemã, pensada para beneficiar os verdadeiros refugiados, também tenta travar a chegada de cidadãos de países da antiga Jugoslávia que solicitam o asilo para ficar na Alemanha e melhorar as suas condições de vida. Dos quase 200 000 pedidos que houve até finais de julho deste ano, 42 % eram de imigrantes desses países, segundo uma reportagem publicada na "Der Spiegel" ("Mass Migration: What Is Driving the Balkan Exodus?", 26.8.2015).

Agora, a lei presume que a Sérvia, a Bósnia e Herzegovina e a República da Macedónia são países sem ameaça de perseguição política e, portanto, os seus nacionais não têm direito a asilo. O governo de Merkel estuda a possibilidade de fazer o mesmo com a Albânia, o Montenegro e o Kosovo, para que venham em menor quantidade para a Alemanha.

Mas, na prática, a Alemanha já era relutante a conceder o asilo aos cidadãos destes países. Segundo a reportagem da "Der Spiegel", em 2014, apenas concedeu asilo a 1,1 % dos kosovares que o pediram; a 2,2 % dos albaneses; a 0,2 % dos sérvios...

Por que continuam a vir então? Que lhes oferece a Alemanha para que neste ano (até há pouco) tenham pedido asilo 30 000 kosovares, 29 353 albaneses, 11 642 sérvios, 5 514 macedónios, 2 425 montenegrinos?

A reportagem dá algumas pistas. Os casos que refere, seguem um padrão similar: os recém-chegados de países considerados "não seguros" solicitam o asilo e, até resolver o pedido, recebem as prestações previstas pela lei. Como o processo dura 6 meses, a espera permite-lhes poupar... pouco para o que é a Alemanha e muito para os países de origem.

Em pleno debate sobre imigração, avivado pelos ataques xenófobos e pelo crescente fluxo de refugiados, 60 universidades alemãs decidiram envolver-se por iniciativa própria na crise do Mediterrâneo. Oferecem a refugiados e a

requerentes de asilo, a possibilidade de frequentar gratuitamente os cursos livres, na qualidade de estudantes visitantes, ou de assistir a cursos específicos para eles.

“A imigração é tarefa de toda a sociedade, e as universidades devem envolver-se”, declarou ao “Handelsblatt” (“German Colleges Open Up to Refugees”, 19.8.2015) Wolfgang-Uwe Friedrich, reitor da Universidade de Hildesheim, na Baixa Saxónia.

A decisão destes 60 reitores é importante para contrariar a mensagem anti-imigração dos radicais. Segundo dados de agosto do Ministério do Interior alemão, no primeiro semestre deste ano houve 199 ataques contra centros de refugiados, mais do dobro que nos seis primeiros meses de 2014.

Desde outubro de 2014, as universidades públicas já são gratuitas em toda a Alemanha para o primeiro curso, também para os alunos estrangeiros. Mas os requerentes de asilo não podem começar o curso até serem reconhecidos como refugiados.

Os refugiados têm de contar igualmente com algumas condições. Por exemplo, não podem solicitar bolsas de estudo até terem residido quatro anos no país. Em janeiro de 2016, este limite será reduzido para 15 meses.

Além de se inscreverem nos cursos livres lado a lado com os estudantes alemães e estrangeiros, os refugiados e os requerentes de asilo podem participar em cursos de alemão e receber assistência psicológica, jurídica e social. As universidades mais generosas também lhes financiam o transporte até ao *campus* e oferecem-lhes bolsas para comprar livros didáticos.

Num artigo publicado no “The Washington Post” (“Why some German universities will educate refugees for free”, 20.8.2015), Rick Noack salienta o desinteresse destas universidades: “A Alemanha acabou com as propinas para os que residam legalmente no país, porque necessita de atrair mais trabalhadores qualificados (...). Mas à grande maioria de refugiados [e requerentes de asilo] não se permitirá ficar de forma permanente. Cada estudante custa ao governo alemão 10 000 dólares por ano. Por outro lado, as universidades do país já estão repletas com os estudantes alemães. Abrir as portas aos refugiados fará com que as universidades fiquem ainda mais massificadas”.

Os reitores não são os únicos que se envolveram neste assunto. Segundo explica o “Handelsblatt”, o programa existe graças aos fundos extra adiantados pelos patrocinadores das universidades. Outros atores chave são os estudantes alemães, que se oferecem como voluntários em diversas tarefas.

A Moussa, um jovem de 33 anos proveniente do Sudão, os voluntários da Universidade de Hildesheim ensinaram a circular no *campus* e a tirar o cartão da biblioteca. Vários estudantes de universidades de Frankfurt passaram três dias

com jovens da Eritreia, Síria e Argélia proporcionando-lhes uma volta pela cidade.

À medida que aumenta o número de voluntários, o programa irá oferecendo mais coisas. As universidades da Baixa Saxónia querem implementar tutorias de reforço ministradas pelos próprios alunos alemães. As tutorias servir-lhes-ão como créditos para o seu curso e horas de estudo.

J. M. e “Aceprensa” (62/15)

No Líbano, mais refugiados que em toda a Europa

Enquanto a Europa se alarma diante da avalanche de refugiados sírios, não se deve esquecer que a grande maioria teve abrigo nos países vizinhos. O Líbano, com uma população de 4 a 5 milhões, recebeu 1,2 milhões de sírios.

Segundo os últimos dados da agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a guerra civil na Síria expulsou para fora do país mais de 4 milhões de pessoas e causou outros 7,6 milhões de deslocados no interior do país.

Os milhões de deslocados de hoje são os que não se juntaram aos combates para se defenderem de Bashar al-Assad, ou dos rebeldes ou dos extremistas, e os que vendo a impossibilidade de tirar algo de bom de tudo isto, decidiram retirar-se e proteger as suas famílias.

Os que fogem são pessoas de língua árabe e de confissão religiosa, na sua maioria, muçulmana sunita. Logicamente, sentem-se mais à vontade onde possam fazer-se entender e compreender pelos outros e onde possam praticar a sua religião num meio propício. O melhor refúgio seria, pois, o dos países árabes.

Os refugiados encontraram um lugar provisório onde ficar nos países vizinhos, na Turquia, na Jordânia e no Líbano, por todo o país, entre libaneses, em casas, em campos de refugiados, por todo o lado.

Destes três países, o mais pobre, pequeno e superpovoado, o Líbano, é o que recebeu a maior quantidade.

O Líbano é um país com um comprimento de 210 km e uma largura máxima de 80 km, com a maioria dos seus habitantes a viver em edifícios construídos nas montanhas, com pouco urbanismo.

Os serviços públicos são precários, inclusivamente para os libaneses. Os cidadãos têm acesso a eletricidade somente nalgumas horas do dia, consoante a região onde vivam, e para

completar o resto do dia utilizam um gerador que funciona com combustível.

A água que chega às casas não é potável: é só para uso externo, limpeza, necessidades fisiológicas, etc. Para beber, há que comprar água purificada.

O sistema político é composto por diferentes partidos confessionais que não conseguem chegar a acordo no assunto mais elementar da organização do país, produzindo uma enorme sensação de frustração. Reflexo disto é a atitude do governo desde o início do conflito no país vizinho. Deixaram entrar toda a gente, mas não há registos oficiais e não ajudam as ONGs para evitar que essas pessoas se instalem no Líbano.

Isto pode explicar-se porque o Líbano é um país que não se basta a si próprio, tem muitos problemas internos e se lhe faltam recursos para abastecer os seus próprios cidadãos, não se lhe pode exigir que ajude mais os refugiados. Ainda assim, existem inúmeras organizações privadas que procuram fundos no exterior para assistir os refugiados. A falta de coordenação oficial entre elas e a escassez de recursos faz com que compitam para obter fundos e continuar a ajudar.

No Líbano, há 1,2 milhões de pessoas de nacionalidade síria registadas pelo ACNUR, e milhares de iraquianos que não deixam de chegar desde 2003, quando o seu país ficou submerso no desastre governamental e no terrorismo.

Aos registos oficiais haveria que acrescentar as centenas de milhares de sírios não registados, preferindo manter-se ao abrigo de alguma ONG, ou trabalhar por conta própria. Estas pessoas escolhem o anonimato normalmente por serem opositoras ao regi-me e que ficariam em perigo se dessem os seus nomes e morada. Por isso, o número que se admite não oficialmente, é de uns dois milhões de refugiados sírios.

Os não registados pelas Nações Unidas não vivem em tendas de campanha nem recebem ajuda de organismos internacionais. Vivem em edifícios em construção, sem água nem casa de banho, com a única segurança de que o pai de família é o pedreiro nesta obra e lhe é permitido instalar-se até acabar a construção.

Inúmeros outros foram acolhidos em casas de aluguer pelos primeiros que se refugiaram em 2011, juntando várias famílias em espaços reduzidos, com a conseqüente falta de intimidade.

A atitude dos libaneses foi um pouco difícil a princípio, porque ainda existe a recordação da invasão síria no final da guerra com Israel e as suas nefastas conseqüências para os que se opuseram. Mas, pouco a pouco, nalgumas zonas foi mudando a atitude, juntaram-se muitos mais voluntários às ONGs, existem mais campanhas para ajudar e o facto de participarem nas escolas e nas universidades libanesas, faz com que os jovens descubram outros jovens também cheios de ideais e que têm uma história. O enriquecimento é mútuo. Os jovens estão a estreitar laços que os seus pais não tiveram.

Os refugiados que podem, tentam emigrar para a Europa. Isto suscita uma grande interrogação: Porquê fugir para países que não partilham a sua língua, nem a sua religião e que estão a tentar sair das suas próprias crises económicas, como os países da União Europeia? Por que não tentam chegar a países ricos da região – como a Arábia Saudita ou os Emiratos Árabes Unidos – com os quais partilham língua e religião sunita e que, além disso, teriam a capacidade económica para ajudá-los?

Recentemente, os países do Golfo foram acusados de falta de colaboração no problema dos refugiados, ao que responderam explicando os milhões de dólares destinados à causa desde o início do conflito. Concretamente, dizem ter dado 530 milhões de dólares repartidos entre Turquia, Líbano e Jordânia. E asseguram que receberam mais de 100 000 sírios desde 2011.

J. M.

Bem-vindos refugiados, se vierem

No tema migratório, a opinião pública europeia demonstra ser volátil e emocional. Até há semanas, a preocupação essencial dos governos era garantir aos cidadãos que não se ia baixar a guarda no controlo das fronteiras. As regras do espaço Schengen deviam ser respeitadas. Preocupava o crescimento dos partidos que faziam uma bandeira da política anti-imigração, e havia que demonstrar estar o governo firme contra a imigração ilegal. Impunha-se distinguir claramente entre o requerente de asilo – vítima da perseguição ou do conflito bélico –, e o emigrante económico.

De repente, em escassas semanas, o clima dominante na opinião pública alterou-se. As imagens do menino afogado, dos imigrantes asfixiados num camião, dos refugiados assaltando arames farpados e dispostos a lançar-se pelas estradas rumo a Norte, comoveram a opinião pública. Já antes tinha havido imagens lancinantes de afogados e de pessoas desesperadas para pôr um pé na Europa, mas agora a comoção provocou uma mobilização das pessoas, e obrigou os governos a abrir portas que até agora procuravam fechar.

Um crescente número de pessoas em diversos países europeus estão a oferecer o seu apoio aos refugiados ou declaram-se dispôs-tas a fazê-lo. Deram dinheiro, alimentos, roupa, ou o seu tempo, para ajudar os que têm necessidades absolutas e, sobretudo, criaram um clima de opinião que fez do “indocumentado” um refugiado merecedor de apoio.

Em Espanha, municípios, comunidades autónomas, ONGs e organismos de ajuda da Igreja declararam-se dispostos a acolher refugiados. Os partidos políticos rivalizam em declarar-se mais solidários do que os outros, e exigem ao governo que pormenorize quantos milhares está disposto a acolher. Quanto mais, melhor. O município de Madrid, governado por uma esquerda rápida em desembainhar o *tweet* e a bandeira, colocou na sua fachada um grande cartaz: “Refugees,

welcome”, até agora mais visto por turistas do que por refugiados sírios.

A verdade é que a pergunta que poucos fazem é: Haverá realmente muitos refugiados dispostos a seguir para Espanha? Até ao momento, os refugiados que entraram pelo sul da Europa só querem ir para o norte, para essa nova terra prometida que, para eles, se trata da Alemanha. Se se tenta detê-los antes noutro país, revoltam-se e fogem. Motivos não lhes faltam, pois sabem que num país rico como a Alemanha, os refugiados conseguem encontrar ajudas muito mais generosas do que noutros, desde alojamento a uma prestação de pelo menos 352 euros por mês *per capita*.

Não é estranho que, em 2014, a Alemanha tenha tido 202 000 pedidos de asilo, número que este ano poderia multiplicar-se por quatro. Em comparação, a Espanha teve 5 600. E não poucos dos que obtêm asilo em Espanha o que fazem é continuar a viagem para o norte da Europa. A Comissão Europeia quer uma repartição equitativa dos refugiados entre os diversos países da UE. Mas veremos se os requerentes de asilo se deixarão repartir a gosto de outros.

A Espanha é hoje um país pouco atrativo para que queiram ficar por lá muitos refugiados. As ajudas são mínimas e o que de mais necessita um refugiado – um emprego – é o que mais escasseia até para os espanhóis. Nos quatro Centros de Acolhimento de Refugiados de Espanha, há apenas 900 lugares e estão cheios. Os que conseguem o estatuto de refugiados têm direito a uma ajuda para habitação, manutenção e transporte durante meio ano. Depois, têm de ir à luta. O panorama não é muito atrativo.

De qualquer forma, o facto da opinião pública estar disposta a ajudar o refugiado em vez de considerá-lo uma ameaça é uma mudança positiva. Do receio do “efeito chamada”, passámos de repente a chamar o necessitado. Enquanto se espera que venham – se é que virão – poderíamos começar por tratar melhor os que já cá estão e que não se encontram na mira das câmaras.

I. A.

O Agente da U.N.C.L.E.”

“The man from U.N.C.L.E.”

Realizador: Guy Ritchie

Atores: Henry Cavill, Armie Hammer

Duração: 116 min.

Ano: 2015

Um filme de suspense e ação baseado numa série televisiva da década de 60... Trata-se de uma história de espionagem do período da “Guerra Fria”, envolvendo os Estados Unidos contra a União Soviética. Um espião americano da CIA vê-se obrigado a cooperar com um espião russo da KGB com o objetivo de evitar que a bomba atômica seja utilizada por um grupo terrorista. Para os ajudar nesta tarefa, precisam de recorrer ao auxílio de uma rapariga alemã que possui as únicas pistas sobre o caso.

Toda a história se vai então centrar na complexidade das relações humanas. Os dois espiões querem provar ao seu próprio país que são os melhores. Ao mesmo tempo, querem também provar à rapariga que são os merecedores da sua admiração. No entanto, constata-se que ao agirem cada um por sua conta, nada conseguem. Além disso, atuando dessa forma, também não impressionam a rapariga que só vê nas atitudes e gestos deles “superficialidade e fachada”, sem autenticidade. Surge assim a questão da “confiança”. Só quando resolvem confiar um no outro e deixar de viver para “a imagem”, é que cumprem a missão, alcançando objetivos muito para lá do previsto...

Tópicos de análise:

1. Procurar apenas a glória pessoal limita as potencialidades individuais.
2. A confiança conquista-se e gera-se através de pequenos gestos.
3. Lutar por um objetivo comum fortalece a união das pessoas.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

